



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2016/TCM/PA, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS À RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2015/TCM-PA, QUE INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DE ESTOQUE PROCESSUAL DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS OU TOMADAS DE CONTAS POR NATUREZA, FASE PROCESSUAL E EXERCÍCIO FINANCEIRO, REFERENTES AOS EXERCÍCIOS DE 1987 A 2014 QUE ESTEJAM EM TRAMITAÇÃO NESSE TRIBUNAL SEM DECISÃO DEFINITIVA OU TERMINATIVA, COM O ESTABELECIMENTO DE METAS, REGRAS E PRAZOS PARA JULGAMENTO; ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 008/2016/TCM-PA.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição fiscalizatória, no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do que dispõem o **art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 084/2012**, bem como o **Art. 2º, inciso II, Art. 3º, caput, art. 15, VII e Art. 58, do Regimento Interno (Ato nº 17/2013)**, por intermédio desta Resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os prazos estabelecidos no Art. 4º da Resolução nº 015/2015/TCM, de 24 de novembro de 2015, que institui a Comissão Gestora de Estoque Processual das Prestações de Contas ou Tomadas de Contas por natureza, fase processual e exercício financeiro, referentes aos exercícios de 1987 a 2014 que estejam em tramitação nesse Tribunal sem decisão definitiva ou terminativa, com o estabelecimento de metas, regras e prazos para julgamento; posteriormente alterada pela Resolução nº 008/2016/TCM-PA;

CONSIDERANDO, ainda, a proposta de Resolução, apresentada pelo Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**, a qual restou aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária realizada em 12/04/2016, nos termos da Ata da Sessão;



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2016/TCM/PA, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam acrescidos os parágrafos 2º ao item I, 3º ao item II, e 1º ao item III, todos do Art. 4º, da Resolução nº 015/2015, com as seguintes redações:

Art. 4º...

I ...

§ 1º...

§ 2º. O prazo máximo (365 dias) para julgamento dos processos de Prestação de Contas ou Tomada de Contas fixado no item I, deve ser assim distribuído:

- a) 120 (cento e vinte) dias para apresentação do relatório técnico inicial;
- b) 120 (cento e vinte) dias para apresentação do relatório técnico final;
- c) 60 (sessenta) dias para a manifestação do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- d) 65 (sessenta e cinco) dias para o voto do Conselheiro Relator.

II ...

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º. O prazo máximo (730 dias) para julgamento dos processos de Prestação de Contas ou Tomada de Contas fixado no item II, deve ser assim distribuído:

- a) 240 (duzentos e quarenta) dias para apresentação do relatório técnico inicial;
- b) 240 (duzentos e quarenta) dias para apresentação do relatório técnico final;
- c) 120 (cento e vinte) dias para a manifestação do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará;
- d) 130 (cento e trinta) dias para o voto do Conselheiro Relator.

III...

§ 1º. O prazo máximo (1.095 dias) para julgamento dos processos de Prestação de Contas ou Tomada de Contas fixado no item III, deve ser assim distribuído:

- a) 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para apresentação do relatório técnico inicial;
- b) 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para apresentação do relatório técnico final;



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2016/TCM/PA, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

- c) 182 (cento e oitenta e dois) dias para a manifestação do Ministério Público de contas dos Municípios do Estado do Pará;
- d) 183 (cento e oitenta e três) dias para o voto do Conselheiro Relator.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 12 de abril de 2016.


Conselheiro CEZAR COLARES
Presidente


Conselheiro SÉRGIO LEÃO
Vice-Presidente


Conselheira MARA LÚCIA
Ouvidora


Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ


ELIZABETH SALAME DA SILVA
Procuradora-Geral do MPTCN-Pa.


Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Corregedor

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO